

# Reformulação da política econômica, pede Setúbal

O presidente do Banco Itaú, Olayo Egydio Setúbal, disse ontem que é indispensável uma reformulação da política econômica brasileira com base em um pacto social e num amplo debate para decidir como deverá ser distribuído o sacrifício desse plano de reorganização interna. O ex-prefeito lamentou porém que o presidente da República, que recentemente descartou qualquer possibilidade de mudanças nos rumos que estão sendo seguidos, não esteja ainda integrado nesse anseio de mudança de toda a sociedade.

Somente a partir de uma redefinição interna, feita com base num amplo debate e numa determinação política, Setúbal considera que será possível fazer uma renegociação da dívida externa em condições viáveis para o País. O presidente do Banco Itaú disse ser contrário às sugestões de moratória unilateral da dívida externa. "Essa medida certamente não melhoraria em nada nossos problemas internos e, provavelmente, até os agravaria." O ex-prefeito presidiu a última sessão de debate sobre a economia nacional, promovida pelo sindicato e pela ordem dos economistas de São Paulo para comemorar a "Semana de Economia-1983".

## RENEGOCIAÇÕES

O senador Roberto Saturnino (PDT-RJ), conferencista convidado para a sessão de encerramento da Semana de Economia, defendeu uma renegociação soberana da dívida ex-

terna, uma reformulação da dívida interna e o reacquecimento da economia.

A renegociação da dívida externa, de acordo com sua proposta, precisa ter dois requisitos básicos: que os juros sejam fixos e bem inferiores aos atuais e "que o Fundo Monetário não continue em Brasília determinando qual a política econômica que o Brasil precisa seguir". Para forçar a aceitação dessas condições, o Brasil poderia suspender imediatamente o pagamento dos juros e da amortização da dívida.

Com relação à dívida interna, atualmente em torno de Cr\$ 13 trilhões, Roberto Saturnino disse que seu custo, representado por correção monetária e juros, também precisa ser revisto. Assim como o Executivo propôs um corte arbitrário de 20% nos reajustes salariais, deveria também cortar, arbitrariamente, 20 a 30% na correção monetária da dívida interna representada por ORTNs. Para facilitar a retomada do crescimento, e a melhoria dos serviços públicos, deveriam ser criadas novas fontes de receitas, com impostos sobre ganhos de capital, heranças e patrimônio.

O economista Adroaldo Moura da Silva, um dos debatedores, concordou em linhas gerais com a proposta de Saturnino Braga, principalmente sobre a necessidade de estabelecimento de juros fixos e menores para a dívida externa e corte no serviço da dívida interna.